





1. Este artigo é fruto do trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais, intitulado “O processo de periferização na RMBH: um estudo sobre os conjuntos habitacionais de Santa Luzia – MG”, apresentado pela autora em 21 de junho de 2010.

2. Cientista social, graduada em Ciências Sociais pela PUC Minas.

3. Doutora em Sociologia/luperj, professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e dos cursos de graduação em Ciências Sociais e Jornalismo da PUC Minas, pesquisadora do CNPq e da Fapemig, e coordenadora regional do Observatório das Metrópoles INCT/CNPq.

# DA FAVELA PARA O CONJUNTO: A PERIFERIA NO ENTORNO DA NOVA CIDADE ADMINISTRATIVA DE MINAS GERAIS<sup>1</sup>

*FROM SLUM TO THE HOUSING SET: THE PERIPHERY AROUND THE NEW ADMINISTRATIVE CITY OF MINAS GERAIS*

Rejane de Oliveira Nazário<sup>2</sup>  
Luciana Teixeira de Andrade<sup>3</sup>

## **Resumo**

O artigo analisa a participação de agentes estatais na expansão urbana no sentido norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e na consolidação da periferia metropolitana, a partir de um estudo de caso dos Conjuntos Habitacionais Morro Alto e Maria Antonieta Melo Azevedo (Palmital), respectivamente localizados nos municípios de Vespasiano e Santa Luzia em Minas Gerais. A abordagem retrata a remoção de moradores de favelas de Belo Horizonte vitimadas por enchentes, juntamente daqueles posteriormente desapropriados em função da urbanização das áreas do Ribeirão Arrudas, e sua transferência para esses conjuntos habitacionais em municípios da RMBH, com destaque para o Conjunto Palmital.

**Palavras-chave:** Região Metropolitana de Belo Horizonte; Periferia metropolitana; Política habitacional; Conjuntos habitacionais.

## **Abstract**

The article examines the participation of state agents in the urban expansion towards northern metropolitan area of Belo Horizonte (RMBH) and consolidation of the metropolitan periphery, starting from a case study of the housing sets Morro Alto and Maria Antonieta Melo Azevedo (Palmital), respectively located at Vespasiano and Santa Luzia, State of Minas Gerais. The text approach reflects the removal of slum dwellers in Belo Horizonte, victims of floods beside along those subsequently evicted because of the urbanization of the areas of Ribeirão Arrudas, and their transfer to housing sets in the municipalities of RMBH, with emphasis on the Palmital Set.

**Key words:** Metropolitan Region of Belo Horizonte; Metropolitan periphery; Housing policy; Housing sets.

No processo de expansão da região metropolitana de Belo Horizonte, que resultou, entre outros aspectos, na sua conurbação com os municípios vizinhos, este artigo pretende destacar o papel desempenhado pelas intervenções públicas, em especial a construção de conjuntos habitacionais nos municípios vizinhos da capital. Entre essas intervenções destaca-se como pioneira a implantação, na região oeste, da Cidade Industrial de Contagem, que motivou um intenso processo de parcelamento do solo, tanto no município de Contagem quanto em Betim. Na região norte, essa expansão teve início com a implantação do complexo turístico-urbanístico da Lagoa da Pampulha e da Avenida Antônio Carlos, que ligou a região central da capital à sua periferia norte e aos municípios próximos (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2009).

4. O município de São José da Lapa se emancipou de Vespasiano em 27/4/1992, através da Lei Estadual nº 10.704

O vetor de expansão norte, referencial espacial deste texto, é constituído por Santa Luzia, Ribeirão das Neves, Vespasiano e São José da Lapa,<sup>4</sup> municípios com distâncias que variam de 12 a 15 km. Esses municípios abrigam alguns distritos industriais, mas caracterizam-se principalmente como local de moradia da parcela da população de mais baixa renda da RMBH, em função de seus vários loteamentos voltados para essa população, mas também pelos conjuntos habitacionais estatais.

O processo de industrialização, nesse vetor, atingiu inicialmente o município de Santa Luzia com a implementação de um centro industrial formado pelas empresas Frimisa, Celite e Klabin. Ainda que tenham sido instaladas no município por volta dos anos 1950 e 1960, essas indústrias não produziram efeitos imediatos, servindo inicialmente como uma contribuição para a economia local e, portanto, sem “mudanças significativas na identidade do município ou nas relações com o restante do espaço regional” (PLAMBEL, 1986, p. 82). Esse quadro começou a ser alterado por volta de 1966, quando ocorreu a redução de suas atividades agropecuárias, transformadas significativamente pelo processo de industrialização. Nos anos 1960, o Distrito Industrial de Vespasiano passou a abrigar as indústrias Mannesmann Demag Ltda. e a Belgo Mineira Bekaert Artefatos de Arame Ltda.

Esses empreendimentos públicos estimularam o crescimento de loteamentos e a ocupação metropolitana ao norte, caracterizada pelo processo de conurbação desses municípios com a cidade de Belo Horizonte. Embora suas maiores taxas de crescimento demográfico tenham sido registradas entre os anos de 1970 e 1980, este artigo refere-se ao adensamento registrado na década de 1980, quando os municípios de Vespasiano e Santa Luzia voltaram a ser alvos da intervenção estatal. Na Tabela 1 pode-se observar as taxas de crescimento populacional dos municípios do eixo norte, assim como os demais da RMBH. É possível perceber a descontração da capital, que ao longo das décadas vai perdendo população para a região metropolitana. Paralelamente, a taxa de crescimento desses municípios ao norte é superior à da RMBH.

O adensamento populacional desse período incidiu, de maneira considerável, sobre o município de Santa Luzia, que alcançou taxa de crescimento anual de 9%, ou seja, sua população urbana passou de 51.813 em 1980 para 130.186 na década seguinte (IBGE *apud* COSTA, 2003, p. 166). Esse crescimento demográfico, que atingiu especificamente o distrito de São Benedito, deveu-se à implantação de dois grandes conjuntos habitacionais:

Tabela 1

Região Metropolitana de Belo Horizonte – População por município e taxa de crescimento 1970-1980-1991-2000.

Município	População total				Taxa de crescimento (% a.a.)		
	1970	1980	1991	2000	70-80	80-91	91-00
Belo Horizonte	1.235.030	1.780.855	2.020.161	2.238.526	3,73	1,15	1,15
Ribeirão das Neves	9.707	67257	143.853	246.846	21,36	7,16	6,18
Santa Luzia	25.301	59.892	137.825	184.903	9,00	7,87	3,32
Vespasiano	12.429	25.049	54.868	91.422	7,26	7,39	5,84
São José da Lapa (*)							
Total da RMBH	1.651.500	2.609.520	3.436.060	4.259.163	4,68	2,53	2,69

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000. In: Teixeira; Souza, 2003, p. 27.

(\*) Municípios emancipados posteriormente a 1991

5. O BNH foi um banco público nacional responsável pela produção e financiamento de empreendimentos imobiliários, incumbido inclusive como gestor do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A atuação do BNH era indireta, por meio de bancos públicos e/ou privados e de outros agentes, tais como as companhias habitacionais e as companhias de água e esgoto. Foi extinto em 1986 pelo Decreto Legislativo nº 2.291 (ARRETCHE, 1990).

o Cristina e o Maria Antonieta Melo Azevedo, este último mais conhecido como Palmital. Esses conjuntos, construídos e financiados pela Cohab-MG, são formados por variadas unidades de casas e apartamentos. Diante de sua capacidade para abrigar um grande número de habitantes, acabaram por provocar um grande fluxo migratório em sua direção.

A implantação desses conjuntos se insere na dinâmica de provimento público de habitações, fomentada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964 pela Lei nº 4.380, como o órgão central do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), responsável pela promoção das políticas nacionais de habitação durante o regime militar. O BNH<sup>5</sup> possuía uma estrutura organizacional formada por uma agência federal centralizadora da formulação e do financiamento das políticas e por agências locais, estaduais ou municipais, responsáveis pela implementação dos programas habitacionais. Essas entidades, as Cohabs ou assemelhados, eram independentes administrativamente, mas a execução dos programas era completamente dependente do governo federal, cuja gestão era centralizada no BNH (ARRETCHE, 2000). O atendimento ao público interessado seguia um padrão de renda estabelecido, no qual as Companhias de Habitação (Cohabs) estavam incumbidas das famílias com renda de um a cinco salários mínimos mensais e os Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (Inocoops) responsáveis pelo atendimento da população com rendimentos mensais entre cinco e dez salários mínimos. Assim, as famílias desprovidas de renda mínima ou sem condições de comprová-la permaneciam à margem da política habitacional.

Os estudos realizados sobre a formação metropolitana analisam em grande parte modelos baseados no trinômio loteamento popular / casa própria / autoconstrução, cuja especulação imobiliária é realizada por atores privados em terrenos caracterizados pela irregularidade, sendo sua precariedade de infraestrutura atribuída à ausência do Estado. Ao contrário, a ocupação desses conjuntos habitacionais na periferia metropolitana retrata uma ação direta do Estado na formação de uma periferia metropolitana, atuando como agente imobiliário promotor da migração de uma população de baixa renda da capital para os municípios metropolitanos.

6. Unidade habitacional com cozinha, banheiro e um cômodo para quarto e sala

A ocupação do Conjunto Cristina representou para muitas famílias a solução para a crise de moradia que assolava o país. Inaugurado em 1980, o Cristina teve suas residências comercializadas pela Cohab-MG, mediante financiamento em até 25 anos. A seleção dos mutuários seguiu três princípios institucionais: uma parcela inscrita com aprovação cadastral; uma parte destinada a funcionários públicos, principalmente aqueles oriundos da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), da Cemig e da Copasa que, mesmo tendo preferência, também estavam sujeitos à aprovação cadastral. Uma parcela menor de unidades habitacionais denominadas embriões<sup>6</sup> foi destinada às famílias carentes financeiramente e, portanto, necessitadas de critérios especiais para conseguir o financiamento.

Diferentemente, o Conjunto Palmital começou a ser ocupado em 1983, quando o poder público transferiu algumas famílias desabrigadas pelas enchentes e outras removidas das margens do Ribeirão Arrudas em Belo Horizonte. Esse processo de remoção e de transferência para o Conjunto Palmital foi antecedido pela transferência da maioria da população desabrigada pela chuva para o Conjunto Morro Alto, no município de Vespasiano.

É relativamente conhecida a influência do município-polo no crescimento dos municípios vizinhos, transformando-os em cidades-dormitórios. Do mesmo modo, nos estudos sobre a RMBH essa periferia é recorrentemente citada, mas pouco se sabe sobre a história de sua constituição, assim como o envolvimento de distintos atores sociais. Em geral, esse processo é relatado resumidamente e demonstrado a partir de dados demográficos. Neste artigo, porém, procuramos dar enfoque à história dessa constituição, apresentando a trajetória de transferência desses moradores de áreas ribeirinhas para a região metropolitana.

A proposta deste artigo, portanto, é reconstruir e contextualizar a história desses dois conjuntos habitacionais. Para tanto, recorreu-se às notícias veiculadas no jornal **Estado de Minas** entre 1981 e 1984. E, para remontar a trajetória de parte dos habitantes do Palmital – antigos moradores de diversas favelas às margens do Rio Arrudas e de córregos em Belo Horizonte – as informações provêm de entrevistas em profundidade realizadas com os primeiros moradores desses conjuntos. Em especial alguns informantes-chaves que participaram desse processo desde o início. Ao todo foram realizadas nove entrevistas, mas para este artigo foram utilizadas cinco, sendo três realizadas com moradores do Conjunto Palmital e duas com ex-moradores. A técnica utilizada para a seleção dos entrevistados foi a indicação pelos moradores locais. A seleção de entrevistados compõe-se de três mulheres na faixa etária entre 39 e 48 anos, e dois homens entre 52 e 59 anos. Para a reconstrução do processo de transferência dessa população ribeirinha, foi fundamental o depoimento de um dos entrevistados em função do seu envolvimento com o movimento associativo, desde a favela até o conjunto.

## **Uma catástrofe anunciada: as enchentes e a remoção dos favelados**

Na tarde do primeiro domingo de 1983, uma chuva torrencial desabou sobre Belo Horizonte durante aproximadamente seis horas, culminando, segundo os engenheiros do Departamento de

Estradas de Rodagem (DER), na “maior precipitação já ocorrida na cidade desde 1949” (CHUVAS, 1983, capa). A chuva provocou enchente e inundação dos Córregos do Nado e Leitão, do Ribeirão do Onça e do Rio Arrudas, afetando conseqüentemente diversos bairros que os margeavam. Entre as áreas afetadas pela enchente é possível citar os bairros São Paulo, Primeiro de Maio, Jardim Alvorada, Novo Gameleira, Horto, Santa Efigênia, Santa Tereza e, principalmente, as favelas às margens do Rio Arrudas, como as favelas União, Perrela e São Vicente. Como uma história que se repete até os dias atuais, essas catástrofes são tipicamente urbanas e suas vítimas preferenciais são aqueles que, sem opção de aquisição de suas moradias pelo mercado formal, se veem obrigados a habitar as chamadas “áreas de risco.” Nesses casos o Estado é duplamente omissivo. Primeiro pela não provisão de moradias para a população de mais baixa renda e, segundo, por permitir que áreas impróprias para a habitação fossem ocupadas. Em seu relato, o ex-morador de uma das vilas da região levanta ainda outra negligência do Estado na explicação de como e por que a enchente atingiu as áreas ribeirinhas do Arrudas:

7. Maurício de Freitas Teixeira Campos foi prefeito entre 3/4/1979 e 14/5/1982

*Foi a pior enchente da história [...] de Belo Horizonte. Porque na época o prefeito era o Maurício Campos<sup>7</sup> e ele fez uma canalização do Arrudas até o Perrela. Entre o Perrela e onde nós morávamos na Vila Santa Terezinha [...], no bairro Santa Tereza, eles deixaram aberto. E acreditamos que aquilo já foi feito propositalmente porque quando ali abriu, a enchente veio e carregou vários barracões do União, da favela do União, na favela do Perrela, algumas da nossa Santa Terezinha, do Cardoso que também estava em Santa Tereza, da Pompeia. (morador, 59 anos)<sup>8</sup>*

8. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Conjunto Palmital em 8/4/2010.

Proposital ou não, o fato é que o Plambel realizou, logo após o ocorrido, um levantamento das favelas e áreas sujeitas à inundação e confirmou o risco que as famílias ribeirinhas corriam de se repetir a tragédia da última enchente. Segundo sua análise, “as obras de canalização do ribeirão, no ponto em que se encontravam, aumentavam essas condições de risco para os moradores das margens, a jusante das obras” (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 1983, p. 12). Percebe-se assim que, como em outras capitais brasileiras, em Belo Horizonte a ausência de uma regularização preventiva nessas áreas da cidade faz com que a atuação pública seja em caráter excepcional, com ações voltadas a situações críticas.

9. Júlio Arnaldo Laender foi prefeito de Belo Horizonte de 14/5/1982 até 12/4/1983, quando foi sucedido por Hélio Garcia.

Dois dias após o ocorrido, o **Estado de Minas** contabilizou entre as conseqüências da enchente mais de dois mil desabrigados, dezenas de mortos, perda de milhares de toneladas de alimentos, quedas de pontes e vários barracos destruídos total ou parcialmente (CHUVAS, 1983, capa). A situação dos milhares de desabrigados levou o governador Francelino Pereira a autorizar a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil a baixar a resolução 001/83, que reconheceu e declarou a situação de calamidade em todo o município de Belo Horizonte. Além disso, sob a sua determinação foi criada “uma comissão especial encarregada de centralizar todas as providências necessárias ao socorro às vítimas e à normalização das atividades da cidade” (CHUVAS, 1983, capa), cuja coordenação ficou sob a responsabilidade do prefeito Júlio Laender.<sup>9</sup>

10. Programa de Desenvolvimento de Comunidades, criado em 1981 pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (Seplan-MG), com a finalidade de fomentar a organização e a participação popular na aplicação dos recursos próprios das comunidades em ações voltadas ao desenvolvimento econômico e social. Na RMBH o programa enfatizava a “urbanização de favelas e bairros periféricos, provendo os de serviços de infraestrutura, com a ajuda dos próprios moradores” (SOMARRIBA; VALADARES; AFONSO, 1984, p. 52).

Como medida de acomodação provisória, os desabrigados pela enchente foram levados para abrigos na cidade, muitos deles improvisados e/ou com capacidade de instalação ultrapassada. A iniciativa consistia em levar os flagelados aos abrigos ou locais mais próximos de suas casas. Nesses locais contavam-se inicialmente 2.336 desabrigados, sob a coordenação da Polícia Militar (POLÍCIA, 1983).

Diante das circunstâncias, o governador mineiro anunciou à imprensa a construção de duas mil casas em Belo Horizonte para atender aos flagelados pela chuva, com recursos do Promorar.<sup>10</sup> Para tanto, os desabrigados foram cadastrados pela Comissão Especial e, concomitantemente, foi realizado pelas assistentes sociais o levantamento socioeconômico de todos os acolhidos (GOVERNO anuncia, 1983). Com o cadastramento, o número de pessoas nos abrigos foi revisto pela Comissão Especial, que registrou 3.096 desabrigados, um aumento que pode tanto ter sido gerado por um erro na contagem inicial ou por uma nova leva de desabrigados, isso porque nesse mesmo período a cidade sofreu com outras chuvas. Nesse cadastramento, embora não mencionado, podem ter sido incluídas também as famílias que se abrigaram em casas de parentes ou amigos. Em entrevista ao jornal **Estado de Minas** Francelino Pereira anunciou seu plano para atender a essa demanda de moradia, que consistia em providenciar, através do Promorar e em caráter emergencial, a construção de um conjunto habitacional no município de Belo Horizonte ou na região metropolitana, para abrigar as famílias cujas moradias foram destruídas pela enchente (FRANCELINO, 1983, p. 5)

## **A ocupação do Morro Alto**

Com o intuito de levantar recursos do Promorar para a construção das moradias destinadas aos desabrigados, o governador se reuniu inicialmente com o ministro do Interior, Mário Andreazza e, em seguida, com Paulo Gaetani, gerente regional do BNH em Minas Gerais, na tentativa de viabilizar rapidamente a aplicação do seu projeto (GOVERNO anuncia, 1983; FRANCELINO, 1983). Posteriormente, Francelino Pereira e Júlio Laender estiveram em Brasília para uma audiência com o ministro Mário Andreazza, quando foi discutida a liberação dos recursos para o início das obras. O projeto encaminhado ao ministro consistia na construção de mais de duas mil moradias em Belo Horizonte, em áreas indicadas pelo BNH e Caixa Econômica Estadual e que pertenciam ao governo estadual e à Prefeitura de Belo Horizonte (CONSTRUÇÃO, 1983). No entanto, nessa audiência decidiu-se pela ocupação imediata de 1.676 casas do Conjunto Morro Alto (GOVERNO já, 1983).

Percebe-se que, na oportunidade, a possibilidade de transferir esses desabrigados pela chuva para moradias dentro de Belo Horizonte é completamente descartada. Com a decisão, essa população deveria ocupar a reserva de moradias existente no Conjunto Morro Alto, desconsiderando por completo a localização da moradia. Inclusive, verificou-se que na divulgação preliminar da notícia, o Conjunto Morro Alto foi apontado como uma extensão de Belo Horizonte, ou seja, “localizado atrás do Hipódromo

Serra Verde, com toda infraestrutura de urbanização” (GOVERNO já, 1983, p. 7). As informações precisas sobre a localização do conjunto somente foram evidenciadas com o início da ocupação de suas casas pelos desabrigados, quando foi apontado como “distante cerca de 18 quilômetros do centro, no município de Vespasiano” (DESABRIGADOS já, 1983, p. 7).

Diante da decisão de transferir os desabrigados para o Morro Alto, uma parte dessa população aceitou ocupar as moradias. No entanto, como relata um entrevistado, algumas famílias não concordavam em se mudar para o conjunto e, portanto, preferiam permanecer nos abrigos.

*Algumas ficaram, resistiram porque não achavam correto sair do barracão que eles lutaram pra construir dentro de Belo Horizonte pra vir pra Vespasiano, pagar, eu estou falando do Morro Alto, pagar prestações. E as casas que tinham lá na favela, não valiam nada? Tá, alguns resistiram e ficaram aí. Foi quando nós invadimos a Escola é... José Bonifácio em Santa Tereza. (morador, 59 anos, grifo nosso)*

Nessa negociação é interessante observar o tratamento “burocrático” dado à questão da habitação, como simples substituição de uma moradia por outra, sem levar em consideração o seu significado para o morador, bem como os laços construídos naquele lugar. Portanto, o que se discute diante das evidências é a exposição de uma solução livre de problematização, como um socorro devido às famílias que, diante das circunstâncias, não deveriam levantar quaisquer questionamentos ou resistência. Com efeito, essa decisão vai ao encontro de um modelo segregacionista de urbanização, cuja concepção está representada na seguinte nota da imprensa:

*Quem anda pelo Morro Alto, um local de boa topografia e muito arejado, acredita que jamais casamento algum vai dar tão certo como o dos flagelados com aquelas casas que há mais de um ano estavam desocupadas porque a Cohab não conseguiu vender sequer uma unidade por causa dos poucos atrativos que o conjunto exerceu sobre a população de baixa renda, para a qual foi projetada. E essa foi mais uma sorte dos flagelados pois se o conjunto houvesse dado certo comercialmente, só lhes restaria, certamente, esperar as águas do Arrudas acalmarem e voltar para seus costumeiros barracos. (MORRO, 1983, p. 11, grifo nosso)*

Ao destacar a ausência de alternativas dessa população excluída da cidade, o trecho ressalta o caráter meritocrático do direito de habitar, reforçando assim a naturalização da segregação residencial. A sua naturalização é o que faz com que um lugar como esse, onde ninguém queria morar, apareça como ideal para essas vítimas da urbanização excludente. Nesse caso, a sorte atribuída a essa população “beneficiada” pela ocupação dessas casas, que não conseguiram atrair o público para o qual estavam destinadas, é extremamente reveladora da concepção presente no modelo de planejamento da cidade e, inclusive, do interesse de agentes públicos envolvidos em forçar a comercialização dessas unidades habitacionais. A análise da política habitacional

registrada à época por um grupo de arquitetos em um seminário fortalece a crítica:

*Uma política habitacional como a atualmente praticada pelo BNH, que assume a marginalidade física (periferização) das habitações para as populações de baixa renda está, na realidade, a serviço dos segmentos minoritários e dominantes da sociedade, que pretendem manter a maioria esmagadora da população afastada dos processos de decisão: marginalidade física, econômica, política e socialmente. (ARQUITETOS, 1983, p. 11)*

Em oposição à ação do governo foi criado, no início de janeiro de 1983, o Comitê de Apoio aos Flagelados (CAF), uma iniciativa da União dos Trabalhadores da Periferia (UTP) de Belo Horizonte que, em parceria com a Pastoral de Favelas, passou a intermediar as negociações na defesa de "indenizações mais justas" para os moradores desapropriados.

Para discutir as providências tomadas pelo governo, na solução das demandas habitacionais para a população vitimada pelas chuvas no município, os representantes do CAF, da UTP, da Pastoral de Favelas e da Associação de Moradores da Zona Leste e alguns membros do Legislativo se reuniram no dia 31 de janeiro de 1983, quando foram debatidas as seguintes questões: a reconstrução dos barracos desabados ou em risco iminente de desabamentos em regiões ribeirinhas de Belo Horizonte pelo Profavela,<sup>11</sup> que forneceria o material necessário à reconstrução; indenização dos flagelados para derrubada de seus barracos realizada pela PBH e reivindicação de prazo para que os moradores iniciassem o pagamento das prestações relativas aos imóveis e carência sem prazo determinado para aqueles moradores que não haviam ainda alcançado a renda mínima de um salário (FLAGELADOS, 1983).

Durante a reunião, também foi colocada em pauta a resistência das autoridades em adotar a filosofia inicial do programa Promorar, que consistia na venda das casas somente às pessoas que possuíssem renda mensal de um a três salários mínimos. Essa alegação foi evidentemente denunciada por Francisco Farias Nascimento, presidente da UTP, quando diz que em Minas Gerais:

*[...] sempre houve uma resistência muito grande à vinda do Pró-Morar. E ele só entrou em nosso Estado agora por causa da grande enchente. As autoridades foram ao Ministro Mário Andreazza pedir ajuda e ele, que tinha este Conjunto do Morro Alto encalhado há mais de um ano, ofereceu esta solução. (FLAGELADOS, 1983, p. 7)*

Na tentativa de evitar a geração de ônus às famílias desabrigadas, Francisco Farias Nascimento se posicionou veementemente contra a venda dessas moradias e sugeriu que as casas fossem compradas com os recursos do Fundo de Investimento Social (Finsocial)<sup>12</sup> e doadas aos flagelados (FLAGELADOS, 1983). Pode-se perceber na reivindicação dessa liderança a preocupação diante da evidente incapacidade financeira desses desabrigados em arcar com os elevados custos de aquisição e manutenção da moradia, deixando-os ainda mais à mercê dos efeitos perversos dessa transferência. Outro aspecto em sua argumentação é a

11. O Profavela (Programa Municipal de Regularização de Favelas) é um programa de regularização fundiária, criado pela Lei 3.532, aprovado pela Câmara em 6/1/1983 e regulamentado pelo prefeito Júlio Laender em 10/3/1983, mas não executado durante sua gestão.

12. Criado em 25/5/1982 pelo Decreto Lei nº 1.940, "destinado a dar apoio financeiro a programas e projetos de caráter assistencial relacionados com a alimentação, **habitação popular**, saúde, educação, justiça e amparo ao pequeno agricultor (Redação dada pela Lei nº 7.611, de 1987)" (BRASIL, 1982, grifo nosso).

exposição dos interesses velados na negociação entre os agentes estatais, expresso na impositiva comercialização de projetos habitacionais fracassados.

Contrariando as reivindicações de seus representantes, os flagelados e os removidos da Favela do Perrela foram transferidos para o Conjunto Morro Alto (DESABRIGADOS começam, 1983; PBH remove, 1983). No conjunto havia casas geminadas em blocos de até seis casas ou de dois pavimentos com os quartos na parte superior, como também casas isoladas com dois ou três quartos. Aos poucos as casas foram sendo ocupadas pelos novos moradores, sob a cobertura da imprensa.

Meses depois do início da ocupação, o **Estado de Minas** pôs à prova a “sorte” anteriormente atribuída a essa população transferida para o Morro Alto ao revelar as condições extremamente precárias em que se encontrava a maior parte dos moradores do conjunto.

*Em Morro Alto, a pintura ainda conservada das casas, o traçado geométrico e o calçamento das ruas não conseguem amenizar o amargo presente de seus moradores, favelados ainda que fora das favelas. As crianças têm o olhar triste e pidão; homens vagueiam desocupados por barracos, improvisados com tábuas, que tudo vendem, da birita imprescindível ao popular pastel de vento; e as mulheres descabeladas e desdentadas, aparentando o dobro da idade registrada na certidão de nascimento, se dividem entre a trouxa de roupa e a prole imensa. No Posto Médico do Estado, que conta com a presença diária de quatro médicos, informa-se que a desnutrição é o diagnóstico mais comum entre a população infantil, seguida de verminoses, diarreia, bronquite e pneumonia – doenças quase sempre provocadas por problemas de alimentação e higiene. O retorno de pacientes no mesmo estágio é “muito alto”, porque “eles não têm dinheiro para comprar os remédios ou para seguir as dietas prescritas nas receitas”. (FARIA, 1983, p. 6, grifo nosso)*

Além da carência da infraestrutura urbana, da ausência de escolas e de telefones públicos e da precariedade do transporte, os trabalhadores ainda encontravam dificuldades para arrumar emprego, o que tornava a situação ainda pior. Com dificuldades para quitar suas contas de água e luz, muitos tiveram os serviços suspensos; e ainda tinham as prestações da casa (FARIA, 1983; JANUZZI, 1983). Nota-se que esses custos da formalidade são muito difíceis de serem assumidos por uma população com uma inserção precária no mercado de trabalho.

Como uma profecia autocumprida, a situação dos moradores do Morro Alto, meses depois da transferência, confirma as consequências da ausência de debate público sobre o destino das populações removidas das favelas. Um debate que levasse em conta os custos econômicos e sociais da transferência para os removidos, como a maior distância do local do trabalho, os novos gastos com o pagamento das prestações da moradia e dos serviços e também a perda dos laços comunitários construídos no antigo local de moradia. Laços esses importantes tanto do ponto de vista da coesão social quanto de uma solidariedade fun-

damental para o enfrentamento de muitas carências presentes na vida cotidiana dessa população, tais como o empréstimo de gêneros alimentícios, o compartilhamento do cuidado das crianças, entre tantas outras.

## **Palmital: de favelados a mutuários da Cohab-MG**

13. Urbanização das margens do  
Ribeirão Arrudas.

Mesmo diante da realidade no Morro Alto, a operação de remoção não cessou. Desconsiderando os aspectos negativos da primeira transferência, decidiu-se que os moradores ribeirinhos do Arrudas também deveriam ser transferidos, fosse em consequência do permanente perigo de novas enchentes ou por necessidade de desocupar essas áreas para a construção de obras públicas.<sup>13</sup> Mas, nessa etapa, os moradores das favelas de Santa Tereza, União, Belém, São Rafael e Caetano Furquim seriam levados para o Palmital (FAVELADOS querem, 1983).

Assim como na transferência para o Morro Alto, uma parte dos moradores aceitou mudar para o Palmital, outra parte manteve-se resistente à mudança, tentando negociar uma indenização ou impedir a remoção. Na tentativa de evitar a transferência compulsória, os moradores resistentes, juntamente com o vereador Francisco Luciano, se reuniram no dia 6 de setembro de 1983 com o secretário de Governo da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), Tomaz Edson, e lhe entregaram um documento solicitando indenização por cômodo construído. Outro documento também foi entregue ao secretário, no qual os moradores da Vila Isabel reivindicavam a permanência no local e solicitavam inclusive a urbanização e a posse da terra, sob a alegação de que estavam localizados a mais de 100 metros da parte canalizada do Arrudas e, portanto, fora da área de risco de inundações (FAVELADOS do, 1983; FAVELADOS só, 1983).

A resistência dos moradores em sair de suas casas na favela não se reduz ao apego ao lugar ou meramente à questão habitacional, reflete ainda aspectos importantes já verificados no Morro Alto:

*[...] mais do que local de moradia, esse tipo de aglomerado tem outras funções importantes: por sua localização, facilita o acesso aos mercados de trabalho e reduz os gastos com transporte; por sua natureza (área de invasão construída com recursos precários), permite que os gastos com a habitação sejam reduzidos. Constitui assim, para muitos, uma verdadeira "solução orçamentária", cujo papel é fundamental na luta diária pela sobrevivência na cidade. (VALLADARES, 1978, p. 45)*

14. Prefeito de Belo Horizonte de  
12/4/1983 a 14/8/1984.

Assim, no dia 30 de setembro de 1983, os representantes dos moradores da Zona Leste, a Comissão Pastoral dos Direitos Humanos, a Pastoral de Favelas e a UTP entregaram ao prefeito Hélio Garcia<sup>14</sup> um documento dos moradores ribeirinhos, manifestando sua decisão de não aceitarem a transferência para áreas fora de Belo Horizonte e de saírem de suas casas somente mediante indenização, definida conforme o número de cômodos. Nesse encontro, as associações representantes dos moradores reivindicaram a doação de lotes urbanizados dentro do município

15. Segundo Somarriba (1996), houve uma profunda mudança nas diretrizes de atuação da UTP, a partir de 1983, quando suas lideranças foram cooptadas pelo governo do PMDB, passando a ocupar cargos de destaque em organismos estatais responsáveis pelas questões referentes à moradia dos favelados. Dessa maneira, a UTP, que inicialmente valorizava as iniciativas mobilizatórias, ao transferir sua sede para a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel), passou a intermediar as negociações entre as associações de moradores e os órgãos públicos.

e também o material que pudesse ser reaproveitado após a demolição dos barracos, incluindo frete grátis até a nova residência. Outra exigência foi garantir a construção de “embriões” ou “unidades sanitárias” para as famílias que recebessem indenizações mais baixas, referentes a apenas um cômodo. Como argumento, os representantes dos favelados apontaram a existência de terrenos urbanizados na região da Serra, com capacidade para abrigar aproximadamente quatro mil famílias (FAVELADOS só, 1983).

Contraopondo-se às reivindicações citadas, o prefeito apontou a transferência dos moradores para o Palmital como a única alternativa possível para se evitar novas tragédias decorrentes das inundações. O argumento foi questionado pelo presidente da UTP,<sup>15</sup> que apresentou outra alternativa de mesma viabilidade econômica:

*Segundo Francisco Nascimento, as 130 UPCs que se gas-tariam no Conjunto Palmital, em Santa Luzia, corresponderiam aos 650 milhões de cruzeiros para dispor dos terrenos públicos existentes da periferia, já dotados de infraestrutura: “São 150 mil lotes vagos que poderiam ser entregues, cada um, a duas, três famílias de favelados, resolvendo, assim, o problema delas.” (PADRE, 1983, p. 5)*

A decisão provocou também a desconfiança do vereador Dalton Guimarães, que destacou o interesse da prefeitura em beneficiar a Cohab-MG ao promover a comercialização de algumas de suas unidades habitacionais em reserva: “Tudo me leva a crer que é muito estranha esta atitude do prefeito em adquirir cinco mil casas no Conjunto Palmital. Sabe-se que a Cohab estava enfrentando sérias dificuldades em vender estas casas, que estão com as prestações altíssimas” (VEREADOR, 1983, p. 5).

Seguindo as prerrogativas da administração municipal, iniciou-se o cadastramento das famílias ribeirinhas que seriam transferidas para as casas negociadas pela PBH junto à Cohab. Segundo o secretário municipal para Assuntos Especiais, José Geraldo Ribeiro, a decisão representava uma “solução preventiva” contra novas enchentes (FAVELADOS do, 1983).

Em sequência, as argumentações e a recusa dos moradores em ocupar o Conjunto Palmital foram apresentadas ao governador Tancredo Neves, em 30 de novembro de 1983, por representantes da Federação das Associações Comunitárias de Belo Horizonte. Na ocasião, a presidente da Federação, Dalva Stela Rodrigues, solicitou também providência pública para fornecer moradia àqueles flagelados pela grande enchente em janeiro e que permaneceram nos abrigos, outros desabrigados por chuvas posteriores e ainda os moradores de outras áreas de risco da cidade (COMUNIDADE, 1983).

No dia 8 de dezembro de 1983, o prefeito Hélio Garcia anunciou a implantação no ano seguinte do Plano Municipal de Habitação Popular e a aplicação da Lei nº 3.352, cujas ações previam a erradicação ou urbanização de favelas ribeirinhas e a reurbanização das áreas das favelas, respectivamente. O secretário de Ação Comunitária, Otimar Bicalho, informou que as famílias às margens do Arrudas receberiam em 15 dias as chaves de suas novas moradias no Conjunto Palmital, e assegurou que o local possuía

escola, posto de saúde e oportunidade de trabalho para todas as famílias transferidas (PBH garante, 1983). O secretário descartou a possibilidade de indenização a esses moradores, sob a seguinte alegação: “Sabemos que experiências postas em prática em administrações anteriores revelaram que indenizações foram pagas pela manhã e, à tarde, os indenizados foram vistos na promiscuidade de outras favelas, geralmente próximas às de onde saíram” (PBH garante, 1983, p. 7).

A alegação do secretário expõe a desconfiança do Estado na capacidade de essas pessoas gerirem seus bens, precisando ser tuteladas. O que se percebe nesse momento é a reunião, pelos representantes do Estado, de todos os argumentos possíveis em defesa da transferência para os conjuntos da Cohab em detrimento do atendimento das reivindicações dos moradores para continuarem residindo em Belo Horizonte ou até mesmo onde estavam, pelo menos para parte deles. Pois o argumento do perigo das enchentes acabou por justificar a retirada de todas as famílias, mesmo daquelas que residiam em uma área protegida desse risco. Nesses casos, a tutela do Estado vai além da intenção de proteção em relação a uma possível transferência para outra área favelada. Trata-se de uma tutela que tem como princípio definir o lugar de cada grupo na cidade. E para estes foi definida a periferia metropolitana.

Dessa maneira, a prefeitura firmou um convênio com a Cohab-MG, que subsidiou a aquisição de habitação para essas famílias que moravam às margens do Arrudas e de córregos da cidade. Verificou-se que, já no final de novembro de 1983, os moradores desabrigados que concordaram antecipadamente com a transferência, entre eles aqueles removidos das áreas destinadas às obras públicas, começaram a providenciar sua mudança para o conjunto. O órgão público intermediário no processo de transferência desses moradores foi a Chisbel, integrado à Secretaria de Ação Comunitária. Conforme o relato de alguns moradores do conjunto, sob orientação da Chisbel, eles conheceram o local e definiram a localização de sua futura moradia. Este trecho nos revela o processo de transferência dessas famílias, começando pelo motivo da remoção, o acordo estabelecido entre os moradores e o poder público e a definição da futura moradia:

*Uai, a gente veio morar aqui no Palmital porque eles, eles iam desapropriar lá onde a gente morava no Santa Efigênia, que era uma favela, né? [...] É no bairro Santa Efigênia, na Favela União. [...] Eles foram lá e... Não indenizaram a gente não. Só falaram pra gente que aqui tinha as casas prontas, que a gente ia morar um ano sem pagar as prestações, como a gente morou um ano sem pagar. Após um ano a gente começou a pagar as prestações... Baixa, preço baixo, vinte e poucos reais que a gente pagava. [...] Porque no dia que o pessoal foi lá fazer a pesquisa com a gente, eu falei que eu não tinha onde morar, que eu morava dentro da casa com minha mãe. Que eu queria ver se eu conseguia uma pra mim. Aí eles foram e me cederam essa também, entendeu? Aí mamãe veio pra casa dela e eu vim pra minha, mudamos no mesmo dia, no dia 21 de novembro de 83. [...] Quando eu mudei pra cá, eu sou a primeira moradora da rua. Eu e mamãe. Ninguém,*

16. Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada no Bairro Palmital em 13/4/2010.

*ninguém, no Palmital em peso, ninguém! Nós fomos os primeiros moradores mesmo! [...] Tudo era vizinho lá também... Foi chegando, aí devagarzinho ia chegando uma mudança, ia chegando outra. Aí, mais ou menos uns dois meses depois já tinha muita gente morando aqui. [...] Escolhi aqui. [...] E nós fomos na Cohab, que na época era lá no Cristina B, aí acertamos. Levamos [...] o nome da rua e o número da casa e falamos que a gente queria essa casa. Aí, no outro dia a gente já mudou, entendeu? (moradora, 49 anos)<sup>16</sup>*

À época da ocupação inicial, a infraestrutura do conjunto foi descrita pelos moradores de maneira bastante negativa, pois, salvo o arruamento e a parcial pavimentação, a condição geral era extremamente precária. No relato de alguns entrevistados, evidenciou-se uma carência quase absoluta de serviços básicos, ainda não providenciados pelo poder público, além da ausência completa dos serviços de transporte coletivo e até mesmo de educação. Não havia, nas proximidades do conjunto, postos de saúde ou policial, telefone público nem qualquer tipo de área recreativa ou de prática de esportes e lazer.

*As casas foram entregues, parece que eles foram no barranco e cortaram exatamente onde seria feito os alicerces, o resto era barranco encostado na parede. [...] Não tínhamos luz, não tínhamos água, não tínhamos transporte coletivo, não tínhamos um comércio, ou seja, o Palmital não tinha nada, de nada, de nada. Era um deserto, um deserto. [...] Dos que vieram das favelas, das vilas e favelas. Essas mil e sessenta famílias [...] passaram um verdadeiro filme de terror dentro do Conjunto Palmital. Porque não tinha nada, de nada, de nada. E essas primeiras mil e poucas famílias sofreram. Sofreram. (morador, 59 anos)*

Dessa maneira, o Conjunto Palmital foi ocupado pelos desabrigados pelas enchentes, remanescentes do processo de transferência para o Conjunto Morro Alto, e pelos removidos das áreas destinadas a obras públicas. Mas é preciso lembrar que, na sequência dessa transferência, dois aspectos se destacam no processo de ocupação do Palmital, identificados nas entrevistas: o primeiro diz respeito às invasões das habitações desocupadas, mesmo aquelas que já estavam destinadas a outras famílias, cadastradas pela Chisbel. Verificou-se que, uma vez estabelecido o início da ocupação, a disponibilidade aparente das unidades habitacionais passou a atrair outras famílias, interessadas em ocupá-las, ainda que ilegalmente. Outro aspecto refere-se à ação da Chisbel que, mesmo após as remoções das áreas ribeirinhas do Arrudas, continuou “cadastrando” e enviando novas famílias de baixa renda da região para o conjunto habitacional. Assim, novos moradores de diversos lugares passaram a ocupar as unidades habitacionais do conjunto, tornando-se, ao longo do tempo, mutuários da Cohab-MG.

## Conclusão

Diante dessa iniciativa de transferir desabrigados e moradores das favelas para outros locais, percebe-se que a ação faz parte de uma concepção excludente enraizada nos órgãos responsáveis pelas

questões urbanas e habitacionais. A investigação aqui apresentada integra essa decisão a um processo de desfavelamento há muito praticado na administração municipal de Belo Horizonte. Ou seja, a transferência dessa população não pode ser considerada uma ação isolada da Cohab, mas uma iniciativa política conjunta entre autoridades e agentes públicos, com interesses econômicos envolvidos na comercialização dessas moradias.

O argumento está relacionado à prática de desocupar áreas para construções de obras públicas, acarretando a remoção da população local para outras áreas da cidade. Guimarães (1991) nos mostra que, em Belo Horizonte, esse processo iniciou-se com a construção da Praça Raul Soares, o que motivou a remoção dos moradores da favela local para o Morro das Pedras – Vila São Jorge. Posteriormente, a desapropriação e remoção atingiram também os moradores às margens dos córregos Arrudas e Leitão, liberando assim a área para a realização das obras de canalização, conforme Resolução nº 23, de 16/11/1936 (GUIMARÃES, 1991, p. 196).

A institucionalização desse processo remonta à Comissão de Desfavelamento, criada pelo prefeito de Belo Horizonte em 1955, Celso Mello de Azevedo,<sup>17</sup> cuja finalidade era cadastrar a população favelada e propor políticas para a solução da demanda habitacional. Com efeito, a comissão criou o Departamento Municipal de Bairros e Habitações Populares (DBP), que foi substituído pela Chisbel a partir de 1971. Desse modo, a atuação do DBP, que até 1964 procurou alternativas definitivas de habitação para os moradores desapropriados, foi substituída por outra focada apenas no desfavelamento com pagamento de indenizações às famílias removidas. Para Somarriba, Valadares e Afonso, essa mudança na atuação da Chisbel é compreensível se considerar que, com a criação do BNH em 1964, a responsabilidade pelas demandas e problemas habitacionais ficaria a cargo do governo federal (SOMARRIBA; VALADARES; AFONSO, 1984).

As remoções de 1983 foram também realizadas pela Chisbel, porém não correspondem ao padrão de desfavelamento seguido de pagamento de indenizações conforme apresentado por Somarriba, Valadares e Afonso (1984). Nesse caso, a preocupação da coordenação se voltou para a oferta definitiva de moradia. Desse modo, pode-se supor que a Chisbel se associou à Cohab para inviabilizar as indenizações e ao mesmo tempo impelir os desabrigados a adquirir suas unidades habitacionais com dificuldades de comercialização. Apesar de parte dos movimentos organizados se apresentar a favor do pagamento de indenizações, as reivindicações não surtiram efeito porque um acordo já estava estabelecido. Ao que parece, esse acordo privilegiava duas partes principais, de um lado o poder público, que ficaria isento da reação e pressão da população na negociação das indenizações e, por outro lado, a Cohab conseguiria vender suas unidades habitacionais.

Nesse sentido, o “alargamento da periferia” para áreas de municípios vizinhos não pode ser atribuído exclusivamente às estratégias de atores privados interessados na especulação imobiliária, mas também à participação de diversos atores, inclusive do Estado. A implementação desses conjuntos habitacionais na região metropolitana revela como o município-polo pôde se beneficiar

17. Foi prefeito da cidade de 1/2/1955 a 31/1/1959.

da fragilidade dos municípios vizinhos, transferindo-lhes os seus problemas urbanos e suas responsabilidades sociais.

Dessa maneira, os conjuntos habitacionais contribuíram para a formação de periferias mais distantes. Ou seja, eles expressam os fenômenos da metropolização e da segregação, cujo agente principal é o poder público. E, para agravar ainda mais esse quadro, a ausência de uma política de gestão metropolitana faz com que o ônus de dotar com infraestrutura e serviços básicos esses espaços se transforme em sobrecarga para os municípios receptores dos conjuntos habitacionais.

Atualmente o Cristina, o Palmital e o Morro Alto vivem uma nova situação desde que passaram a ser vizinhos do novo Centro Administrativo do Estado, transferido da área central de Belo Horizonte para a região norte, na fronteira com Vespasiano, Santa Luzia e Ribeirão das Neves. Trata-se de um conjunto monumental de prédios projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer, também conhecido como Cidade Administrativa. Para um melhor acesso ao Centro e também ao aeroporto Tancredo Neves (Confins), foi construída a Linha Verde. Esses dois empreendimentos ocasionaram um deslocamento do centro do poder, pelo menos simbolicamente, em direção à área mais pobre da RMBH, o que provocou uma forte especulação imobiliária na região.

Diante desse quadro, os moradores dos conjuntos aparecem mais uma vez como ocupantes ilegítimos da cidade. Não se trata mais da ilegalidade da favela, mas das dívidas que alguns mutuários ainda mantêm com o Estado e da irregularidade jurídica na posse dessas moradias, visto que muitos moradores, mesmo com o financiamento quitado, não possuem título de propriedade. Mesmo que a situação não seja generalizada, ela pode servir para justificar futuras remoções, seja pelo Estado, seja pelo mercado. Frente ao novo vizinho e aos interesses imobiliários, os moradores desses conjuntos podem ser novamente submetidos à remoção, pois a periferia, ao se transformar em uma nova centralidade, deixa de ser o lugar legítimo dos pobres.

## Referências

ARQUITETOS pedem mais obras sociais. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 6 fev. 1983. 1º Caderno, p. 11.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Identificação das áreas faveladas sujeitas a inundação e desabamentos ao longo do Ribeirão Arrudas**. Belo Horizonte: Fundo Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento, subfundo Departamento de Informações Técnicas, 1983. 2 v.

ARRETCHE, Marta. Intervenção do Estado e setor privado: o modelo brasileiro de política habitacional. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. 10, n. 31, p. 21-36, 1990.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. As políticas de desenvolvimento urbano. In: ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização**. Rio de Janeiro: Revan, 2000. Cap. 1. p. 77-88.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.940**, de 25 de maio de 1982. Institui contribuição social, cria o Fundo de Investimento Social (Fin-

social) e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/110831/decreto-lei-1940-82>>. Acesso em: 11 maio 2010.

CHUVAS provocam calamidade em BH. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 4 jan. 1983. Capa.

COMUNIDADE faz pedidos ao governo. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 29 nov. 1983. Geral, p. 5.

CONSTRUÇÃO de casas para os flagelados será definida na 2ª. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 6 jan. 1983. Geral, p. 5.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Natureza, mercado e cultura: caminhos da expansão metropolitana de Belo Horizonte In: MENDONÇA, Jupira Gomes de; GODINHO, Maria Helena de Lacerda. **População, espaço e gestão na metrópole**: novas configurações, velhas desigualdades. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2003. p. 159-179.

DAVIS, Mike. **Ecologia do medo**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

DESABRIGADOS começam a ganhar casas. Hoje serão 80 famílias. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 19 jan. 1983. Geral, p. 5.

DESABRIGADOS já ocupam casas no Morro Alto. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 21 jan. 1983. Geral, p. 7.

FARIA, Raquel. Morro Alto: o flagelo continua. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 3 jul. 1983. Caderno Fim de semana, p. 6.

FAVELADOS do Arrudas vão ganhar casas. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 20 set. 1983. Geral, p. 5.

FAVELADOS querem 180 mil por cômodo. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 11 set. 1983. 1º Caderno, p. 10.

FAVELADOS só saem com dinheiro. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 1 out. 1983. Geral, p. 5.

FLAGELADOS veem ação do governo. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 1 fev. 1983. Geral, p. 7.

FRANCELINO crê que o Promorar é fundamental. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 6 jan. 1983. Geral, p. 5.

GOVERNO anuncia a construção de 2 mil casas para os flagelados. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 5 jan. 1983. Geral, p. 5.

GOVERNO já tem 1.676 casas para entrega imediata aos flagelados. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 11 jan. 1983. Geral, p. 7.

GUIMARÃES, Berenice Martins; VALLADARES, Licia do Prado. **Cafuas, barracos e barracões**: Belo Horizonte, cidade planejada. 1991. 323f. Tese (Doutorado) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

JANUZZI, Déa. Morro Alto: o triste aniversário de Margarida. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 7 ago. 1983. 1º Caderno, p. 9.

MORRO Alto, uma nova comunidade para flagelados. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 20 fev. 1983. 1º Caderno, p. 11.

NAZÁRIO, Rejane de Oliveira. **O processo de periferização na RMBH**: um estudo sobre os conjuntos habitacionais de Santa Luzia. 2010. 75f. Monografia (Conclusão do curso) - Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Como anda a RMBH**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.

PADRE e favelado também criticam. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 6 out. 1983. Geral, p. 5.

PBH garante que vai humanizar as favelas. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 9 dez. 1983. Geral, p. 7.

PBH remove todos os favelados do Perrela. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 8 mar. 1983. Geral, p. 7.

PLAMBEL. **A estrutura da expansão urbana na RMBH: diagnóstico e prognóstico**. Belo Horizonte: Plambel, 1986.

POLÍCIA coloca 2.336 pessoas nos abrigos. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 4 jan. 1983. Geral, p. 10.

PREFEITO quer mais recursos para municípios. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 15 maio 1983. 1º Caderno, p. 7.

MACHADO S., Luiz Antonio. **Rio depois da tempestade**. Há culpados? O que fazer? 2010. Disponível em: <[http://www.ibase.br/userimages/dv\\_ibase\\_45\\_artigo1\(3\).pdf](http://www.ibase.br/userimages/dv_ibase_45_artigo1(3).pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2010.

SOMARRIBA, Mercês. Movimento reivindicatório urbano e política em Belo Horizonte. In: DULCI, Otavio Soares; NEVES, Magda de Almeida (Org.). **Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais**. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p. 57-72.

SOMARRIBA, Maria das Mercês Gomes; VALADARES, Maria Gezica; AFONSO, Mariza Rezende. Surgimento e evolução do associativismo de base em Belo Horizonte. In: SOMARRIBA, Maria das Mercês Gomes; VALADARES, Maria Gezica; AFONSO, Mariza Rezende. **Lutas urbanas em Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 1984. Cap. 3, p. 30-49.

TEIXEIRA, João Gabriel; SOUZA, José Moreira de. Espaço e sociedade na Grande BH. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de; GODINHO, Maria Helena de Lacerda. **População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2003. p. 19-42.

VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa: análise de programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VEREADOR diz que prefeito não vê lado humano no caso Arrudas. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 6 out. 1983. Geral, p. 5.

### **Endereço para correspondência**

Luciana Teixeira de Andrade  
Rua Grandolfo, 726, Vila Castela  
34000-000 - Nova Lima -MG

Rejane de Oliveira Nazário  
Rua Lorena, 1010, apto 102  
Padre Eustáquio  
30730-170 - Belo Horizonte -MG